OTRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 893 - de 25 de novembro a 9 de dezembro 2021



PARTIDO

Federação do PT com o PSB, PCdoB, PV e outros?

pág.4

LUTA DE CLASSE

Desoneração para o patrão com apoio da CUT?!

pág.6

NACIONAL

PEC do calote avanca no Congresso

pág.9

INTERNACIONAL

Lula na Europa, "nova governança mundial?"

pág.11

ENEM com a cara do governo Bolsonaro

Queda no número de inscritos e abstenção, curso superior fica inatingível

primeira etapa foi dia 21 de $oldsymbol{\Gamma}$ novembro com 26% de abstenção, a próxima será dia 28. O exame é a principal forma de acesso ao ensino superior no país, portanto crucial para a juventude que busca um futuro digno. O governo faz balbúrdia no exame. Não à toa, em janeiro foi registrada a maior abstenção da história. Agora em novembro, a menor quantidade de inscritos. Apenas 3,1 milhões na disputa. O resultado é cada vez mais jovens fora das universidades.

Em vez de tomar medidas para corrigir o déficit de aprendizagem que milhões de estudantes sofreram com o ensino remoto na pandemia, o governo agiu para desmontar o exame. Ele comprometeu a lisura do processo, onde um policial federal obteve acesso antecipado ao conteúdo da prova que deveria estar em sigilo. Sem falar que Bolsonaro arrota autoritarismo e falsificação querendo reescrever a história, pedindo para que o golpe militar seja chamado de revolução. Nem a Mafalda escapa. Cerca de vinte questões foram censuradas, apesar de constarem no banco nacional de itens. Tamanha crise levou ao pedido de demissão de 37 servidores do INEP (Instituto Anísio Teixeira) na semana da primeira etapa, aumentando ainda mais a instabilidade em torno da realizacão do exame.

É criminosa a conduta do governo frente ao ENEM, ele realmente brinca com a vida de milhões de jovens que hoje são os que mais sofrem na crise



com desemprego, fome e carestia,

pobreza e aumento da violência.

Milhões ficaram fora da escola em

2020 com o ensino remoto precá-

rio e excludente. Além dos vários

que largaram os estudos para irem

atrás de emprego. Restam outros que

até tentaram, mas não conseguiram

Os mais afetados foram os mais

pobres, filhos da classe trabalha-

dora, que não contaram com lugar

adequado para estudo, equipamen-

tos e acesso à internet. Na volta pre-

aprender à distância.



Universidade para poucos

Tudo isso é exemplo do desastre que esse governo representa para o país. A fala do ministro da educação Milton Ribeiro é sintomática nesse sentido ao afirmar que "a universidade deve ser para poucos", os quais sabemos quem são: os filhos da elite, maioria branca, que não ficou sem acesso ao ensino presencial na pandemia, que pode pagar caro para estudar nas melhores escolas. O trato com os mais pobres é diferente. Ficou claro quando o governo proibiu a isenção de taxa para quem faltou no exame em janeiro, justamente o exame que teve a maior abstenção! Com o preço alto do gás e da comida, quais são as famílias que tem R\$ 85,00 para pagar inscrição?

O projeto do governo é aumentar a desigualdade que é histórica no país. É o que percebem vários jovens, como a estudante Kemela Kelly que mora na periferia do DF. Inscrita no ENEM, ela afirmou: "Estou totalmente despreparada, fico sem esperança porque vários vão chegar melhor na prova. Como a gente ia estudar naquele ensino remoto? O governo só quer sabotar o estudante. Como a sociedade vai evoluir assim"? Fica cada dia mais claro. A manutenção desse governo está levando o país ao caos. Estudiosos afirmam que levará uma década para corrigir o déficit de aprendizagem que ocorreu na pandemia.

Enquanto estivermos de pé, vamos

Afinal, é revoltante o ENEM que o próprio presidente afirmou "estar mais com a cara do governo". Intervenções obscurantistas, quebra de sigilo, exclusão e despreparo são a marca desse governo na educação. Kemela quer cursar ciências da saúde para ajudar o país sabotado pelo presidente. Ela disse: "Ele matou milhares e tira o sonho de milhões. Educação não é chacota, ele deveria sair do twitter e tomar medidas pra a gente poder estudar. As salas do ENEM ficando vazias, isso precisa acabar. Enquanto eu estiver de pé eu vou lutar pra derrubar esse governo e pelo meu direito de estudante". É o sentimento para seguirmos a luta.

Katrina

sencial, que é essencial para garantia do ensino, o problema persiste. Faltam verbas, bolsas, professores, transporte e merenda. Fica o questionamento: como vamos passar na

Cresce inadimplência no FIES

prova sem nenhum preparo anterior?

Sem emprego e renda jovens interrompem estudos

saldo de inadimplência do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que vem aumentando nos últimos anos, voltou a subir ainda mais nos últimos meses. Segundo dados do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), a inadimplência passou de 2,5 para 6,6 bilhões de reais nos últimos dois anos. O número de estudantes inadimplentes (que estão há mais de três meses sem pagar) ultrapassa 1 milhão de formados. Em alguns estados, como no Acre, os contratos inadimplentes são maioria, chegando a 76%.

Não apenas a inadimplência aumenta. O número de contratos firmados pelo FIES também vem caindo. Durante a pandemia, o número de beneficiários do FIES chegou ao menor patamar desde 2009.

Em 2020, nem metade do número de vagas anunciadas pelo governo para o FIES foram preenchidas. Isso porque, sem perspectiva de emprego e renda, os estudantes preferem não se endividar com o programa.

Com a pandemia, muitos estudantes também se recusaram a ter que arcar com as altas mensalidades das faculdades privadas em troca do ensino online.

O FIES não tem sido uma alternativa para o jovem que quer iniciar a faculdade. E para os que já são beneficiários o programa se tornou um pesadelo, na medida em que não conseguem pagar e sequer renegociar suas dívidas.

O aumento do preço dos alimentos, do gás de cozinha, da luz e do custo de vida em geral faz muitos jovens terem que escolher entre

pagar sua mensalidade ou as contas da casa. O último atlas da juventude mostrou que a maior parte dos jovens encontra dificuldades em conseguir emprego. Muitos recém--formados não conseguem trabalhar e a alta taxa de desemprego chega a cerca de 30% entre a juventude. É a situação da juventude sob o governo Bolsonaro, cada vez mais caótica com cortes do orçamento das universidades públicas e bolsas e outros ataques.

Os estudantes não podem ser responsáveis pela crise que degrada suas vidas e impede de pagar o FIES. A anistia dessas dívidas seria o caminho para garantir a retomada e continuidade dos estudos de milhares de estudantes.



O governo segue e o povo sofre

Maioria da população, os negros são vítimas de mais uma barbaridade. No mês em que se comemora o dia da Consciência Negra, mais uma chacina. No Complexo do Salgueiro em São Gonçalo (RJ) oito corpos de pessoas assassinadas foram encontrados por parentes. Mais uma chacina que, assim como o massacre do Jacarezinho em maio, deve ficar impune.

Apesar do Supremo Tribunal Federal (STF) ter limitado as operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro até o fim da pandemia da Covid-19, segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, 766 pessoas foram mortas pela política em favelas do Rio.

Dados recentes mostram que o número de pessoas que possuem renda do trabalho caiu ao menor nível dos últimos 10 anos.

A inflação segue solta, a fome se alastra e cada vez mais famílias juntam-se embaixo de viadutos porque não podem pagar aluguéis.

Os jovens, filhos das camadas oprimidas, sofrem a maior taxa de desemprego e têm cada vez menos direito à edução básica, enquanto o governo faz lambança no ENEM e o ensino superior vira algo inalcançável.

Já, no andar de cima...vai tudo bem, obrigado!

O STF, que limitou operações da polícia nas favelas do Rio de Janeiro, faz o que diante destas 766 mortes? Ah, vai tirar dois meses

de férias. Vida boa!

Os patrões são beneficiados com a exoneração da folha de pagamento, aprovada no Congresso. E por falar nisso: enquanto o povo negro é assassinado à luz do dia, e nada acontece, nas trevas do Congresso os parlamentares se lambuzam nas emendas bilionárias e nada acontece. Lira vai ganhar mais um pedido de impeachment para sentar em cima. E nada acontece.

Por estas e outras, o governo segue e o povo sofre.

LUTAR E DEBATER: A ISSO SE DISPÕE O DAP

Motivos para lutar pelo fim deste martírio a que o país foi submetido não faltam.

Uma pergunta então se coloca. Por que a luta pelo Fora Bolsonaro arrefeceu? No último 20 de novembro, dia da Consciência Negra, os atos organizados pelo movimento negro, com o apoio da campanha Fora Bolsonaro foram pequenos. Menores que os já minguantes atos de 2 de outubro.

Isto quer dizer que o povo desistiu de lutar? Mil vezes não! Quem está com a barriga roncando de fome e as panelas vazias. Quem está vendo o bolso minguar, sem poder pagar as contas e comprar alimentos. Quem está indo para debaixo das pontes e viadutos. Quem está vendo seu direito à educação virar poeira, quem está vendo seus direitos trabalhistas serem moídos, estes precisam de confiança para lutar.

Depois de maio, quando as ruas foram tomadas pelo Fora Bolsonaro, em junho e julho também, começou o zum zum zum de atos pelo impeachment, com todo mundo, inclusive com os patrocinadores do impeachment, não do Bolsonaro, mas da Dilma! E o esvaziamento começou. Afinal, quem está disposto a ir às ruas, lutar pela miragem que hoje é vislumbrar Lira e o centrão dando um "chega prá lá" para Bolsonaro? Pesa também a ausência nos atos de quem aparece como o principal depositário, Lula, de uma esperança para o povo.

Em meio a esta difícil situação, o Diálogo e Ação Petista luta e discute. Luta, integrando mobilizações locais, em bairros e mais gerais, como o combate à Reforma Administrativa. E discute, com o ciclo de debates em curso sobre a crise das instituições e a Constituinte. A Constituinte, na atual correlação de forças, não é um prato para hoje. Seu preparo passa por ajudar a mobilização popular. Para que na luta pelo fim deste governo o povo seja capaz de tomar as rédeas nas mãos e livrar-se dos torniquetes que esmagam a nação.

O TRABALHO

NOTAS

Apenas 40,1% têm trabalho remunerado

Diminuiu novamente o número de pessoas com trabalho no Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Agora, o país já alcançou o menor patamar de pessoas que vivem do seu trabalho já registrado pela pesquisa Pnad Contínua, que se iniciou em 2012.

Mais um recorde de destruição da classe trabalhadora alcançada por esse governo.

Apenas 40,1% da população têm trabalho remunerado. São quase 8 milhões de pessoas a menos com trabalho remunerado no Brasil em comparação com o final de 2019. 84,7 milhões vivem do seu trabalho hoje, em 2019 eram 92,8 milhões.

Em contrapartida, as pessoas que dependem apenas de rendimentos de outras fontes, incluindo os auxílios dos governos, subiu para 28,3%, eram 23,6% em 2019.

Mal dá para comprar uma marmita

Outro dado estarrecedor da pesquisa é que apesar da inflação oficial ter subido para mais de 10% nos últimos 12 meses, o dinheiro no bolso das famílias diminuiu no período. Em 2019 a média da renda dos

brasileiros era de R\$ 2.292, contadas todas as fontes de recurso. Hoje esse valor é de R\$ 2.213, menos 3,4%.

Metade da população do país vive com apenas R\$ 453 por mês por pessoa. É igual a 105 milhões de brasileiros que vivem com menos de R\$ 16 por dia, mal dá para comprar uma marmita em São Paulo. E não sobra para mais nada.

(Des) auxílio Brasil

O governo Bolsonaro acabou com o auxílio emergencial e o Bolsa Família no final do mês passado para colocar no lugar o seu "Auxílio Brasil". Somados os dois programas que existiam, eram beneficiadas 39,3 milhões de pessoas. O novo auxílio só pagará algo para 14,5 milhões. Ou seja, desampara cerca de 25 milhões de pessoas de uma vez só, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), levantados pelo PT.

A miséria e a fome que castigam a classe trabalhadora brasileira devem se agravar, em especial, nas grandes cidades.

São Paulo perderia 1,5 milhão de benefícios e o Rio de Janeiro outro 1 milhão. Em Brasília o corte será de 81%, dos atuais 482,5 mil benefícios pagos restaria apenas 91,1 mil.

Memória

NA NOVEMBRADA DE SC, O POVO REAGE À DITADURA

(...) ocorreu em Santa Catarina mais um sintoma da grande explosão popular que se prepara neste país: de passagem por Florianópolis, o ditador Figueiredo tentou, ao lado de seus agentes de segurança, impedir uma manifestação de estudantes e de trabalhadores contra o regime. Os jovens não só não se intimidaram como deram um tapa no ministro Cesar Cals, atacaram o palácio do governo a pedradas, amassaram todos os carros oficiais que passavam à sua frente. O regime fez o que sabe: começou a prender alguns estudantes (...).

0 Trabalho nº 41 - 3/12/1979

Nota da redação: A manifestação, em 30 de novembro de 1979, ficou conhecida como Novembrada e levou à prisão de

sete jovens, que foram processados com base na Lei de Segurança Nacional.

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4^a Internacional. Sua edição n^a O foi lançada em 1^a de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1^a de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Diagramação**: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

4 Partido

Federação do PT com o PSB, PCdoB, PV e outros?

Discussão iniciada na direção interessa a todo o partido



Primeiro ponto da Comissão Executiva Nacional dia 22, reunida após quase três meses, o tema da federação partidária tinha sido discutido na bancada federal. Para a CEN era uma novidade (ver box), mas entrou na pauta com patrocinadores na cúpula do partido.

Não é a federação do PCdoB com o PSB para salvá-lo da degola da clausula de barreira, e acomodar outros partidos nanicos ou de aluguel. Não. É uma proposta de federação do presidente do PSB, Carlos Siqueira, ao PT, mais PCdoB, PV e outros (o PSOL não topa, o PDT hesita) para as próximas eleições. E o PT?

Para os entusiastas na CEN, a federação que vincula desde os senadores até os vereadores dos partidos membros por quatro anos, é só alegria, é a "governabilidade de Lula presidente". Uma "conquista da oposição comandada pelo PT". Ainda mais, é "a realização da frente de esquerda". Um exemplo "inspirado na Frente Ampla

uruguaia e na Concertación chilena". Eles foram questionados numa discussão com vários ângulos.

Alguns questionaram o efeito dos coeficientes na distribuição das sobras de cadeiras parlamentares, ou o impacto em estados onde a relação de forças poderia trazer surpresas desagradáveis, ou quais seriam os mecanismos de deliberação interna da federação, e assim por diante.

Outros questionaram que "não é a federação que vai eleger Lula, é a desgraça do Bolsonaro", e que "o Brasil não é o Uruguai". Apontaram que é preciso, antes, levar a discussão aos estados". Ou, ainda mais, que é "temerário, uma aventura fazer isso até fevereiro", arriscamos "uma ditadura do TSE, eu não entraria no barco da regulamentação".

Reformar sim o sistema político, mas com Constituinte

Markus Sokol, pelo Diálogo e Ação Petista, pediu uma avaliação mais

ampla da conjuntura para discutir a questão Lula - Federação, e levantou uma preliminar: que história é essa do TSE regulamentar tudo que é assunto do Congresso Nacional? É o Congresso, não o Tribunal, o depositário da soberania popular. E isso é uma reforma política: no dia seguinte, em todas as Câmaras Municipais os vereadores dos partidos da federação serão forçados a se agrupar. No caso, com o PSB dominado em vários estados por direitistas e bolsonaristas. O presidente do TSE, Barroso, está extrapolando. O sistema político precisa sim ser reformado, mas por uma Constituinte Soberana após consulta ao povo, e não pelos ministros da corte com seus assessores "consultando" a cúpula do PT.

"Outra coisa", disse Sokol, a "Concertación acabou em 5º lugar nas eleições chilenas, vamos refletir aonde vamos". Afinal, "com programa, direção e estrutura, a federação incide no partido, ninguém sai igual depois de quatro anos, se é que sai: vocês acham que o PT está esgotado? Vamos construir o que de 'novo' com o PSB e o PCdoB?". Por fim, concluiu, "uma frente é necessária, de caráter anti-imperialista, mais ampla que a 'esquerda', aliás, mas com um programa anti-imperialista, não juntando qualquer um rotulado 'de esquerda'".

Ao final, se encaminhou nova discussão da CEN em vista de um Diretório Nacional em dezembro.

O PT tem que ser consultado!

A FEDERAÇÃO, UMA "AGREMIAÇÃO PARTIDÁRIA"

O projeto de lei da Federação Partidária foi aprovado em setembro, mas se discute desde a adoção da PEC do Senado de 2016, que acabou com a coligação proporcional e introduziu a clausula de barreira progressiva para reduzir o número de partidos. Em tese, a Federação vem compensar os pequenos partidos. Foi o PCdoB quem negociou esse Projeto de Lei (não atingiria o mínimo de "2,0% dos votos ou 11 deputados em 9 estados" perdendo o Fundo Partidário e outras vantagens).

Em resumo, o PL diz no Art. 11-A que "Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o TSE, atuará como se fosse uma única agremiação partidária."

Para os partidos membros, a Federação é nacional e vinculada – nos planos federal, estadual e municipal –, pelo prazo mínimo 4 anos; a "agremiação partidária" tem estatuto, programa e direção, finanças, cotas, tempo de rádio e TV etc. para disputar seus candidatos proporcionais e majoritários.

Se distingue, portanto, da coligação majoritária, em vigor, do bloco parlamentar e de uma frente de apoio ao governo.

A redação da lei é genérica em vários pontos, e o presidente do TSE, Luiz Roberto Barroso, quer regulamentar questões complexas por meio de "resolução", a ser proposta em fevereiro para adoção no TSE em março, prazo máximo. Seus assessores deram ao PT prazo até 29 de novembro para "sugestões" para fechar a proposta este ano, antes das merecidas férias forenses.

Contra a opressão da mulher

Contribuição do Diálogo e Ação Petista ao encontro setorial (trechos)

Todas nós sabemos os prejuízos incalculáveis e, em alguns casos, irreversíveis que foram impostos, nos últimos anos, às mulheres de nosso país, desde o golpe de 2016. Se nos 13 anos de governo do PT a pauta das mulheres trabalhadoras não avançou em questões importantes - como trabalho igual com salário igual, direito ao aborto, direito à creche aos filhos das mães trabalhadoras - algumas conquistas nós tivemos. E o que conquistamos vem sendo atacado nos últimos cinco anos, em especial pelo atual governo (...).

Enquanto, na pandemia, tivemos cinco feminicídios por dia e, em 2018 e

2019, foi registrado um estupro a cada 8 minutos, o governo Bolsonaro corta verbas dos programas destinados às mulheres. (...) Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde ataca o já restritíssimo direito das mulheres ao aborto legal. (...).

O sistema Judiciário, o Poder Executivo e o Legislativo (...) reproduzem a opressão contra a classe trabalhadora, e em especial, a mulher trabalhadora (...).

O Judiciário reproduz o patriarcado, inerente ao sistema capitalista, baseado na propriedade privada dos grandes meios de produção, e não garante proteção às mulheres. Basta ver a dificuldade imensa encontrada por mulheres vítimas de violência sexual (...).

Fato é que as mulheres não se sentem representadas pelas instituições que deveriam protegê-las. É por isso que nossa luta é também por reformas estruturais (...). Para estabelecer a soberania nacional e a justiça social é preciso, agora que temos Lula Livre, de um novo governo e uma Constituinte Soberana. (...). O setorial de mulheres e o PT podem e devem cumprir o papel de mobilizar as mulheres petistas, ombro a ombro com todas as mulheres trabalhadoras e com nossos companheiros trabalhadores, pelas

demandas mais caras para o povo, para exigir Fora Bolsonaro e seus generais!

Nossas pautas, enquanto mulheres trabalhadoras só poderão avançar no combate conjunto da nossa classe.

Como disse Rosa Luxemburgo, "A proletária (...) tem os mesmos interesses e, precisa, para sua defesa, das mesmas armas. Suas reivindicações políticas estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho." Leia na íntegra em www.petista.org.br.

DEBATES SOBRE CONSTITUINTE, UMA RICA **DISCUSSÃO**

Ciclo promovido pelo DAP levanta questões importantes e é preciso responder

ciclo de debates sobre a Constituinte Soberana, promovido pelo DAP, apresenta resultados importantes e significativos. Com base no caderno "A palavra ao povo" (a edição impressa de mil exemplares foi esgotada, e a versão digital foi disponibilizada no site www.petistas.org.br para os interessados), os debates têm permitido abordar o tema não só com os militantes do DAP, mas também com petistas e ativistas dos movimentos sociais.

Além dos já realizados, muitos outros debates estão agendados. Neste final de ano e no início de 2022, os grupos de base terão plenas condições de alavancar essa discussão, necessária para abrir uma perspectiva de saída política de uma situação trágica para o povo explorado.

Nos debates surgem dúvidas, polêmicas, divergências, o que é próprio de uma discussão democrática. Nesta página, procuramos responder às principais questões, debatendo com os companheiros e companheiras. A discussão está apenas começando.

A correlação de forças não é desfavorável?

Esta é uma das dúvidas que surgem com frequência. Está ligada ao justo temor de que se possa perder as conquistas ainda inscritas na atual Constituição. Mas a verdade é que essas poucas conquistas estão sendo

necessidade de por um

fim, o quanto antes, a

este governo genocida.

eliminadas em ritmo acelerado, e este processo vai continuar, a menos que seja barrado pelo movimento da classe trabalhadora e do povo oprimido. E só este movimento pode alterar a correlação de forças, atualmente desfavorável para os trabalhadores, como mostram, por exemplo, os ataques aprovados no Congresso. Sem a presença maciça nas ruas da classe trabalhadora e da juventude, não haverá Constituinte Soberana.

Com este Congresso não dá!

Não dá mesmo. Nem com este Judiciário, nem com o conjunto das atuais instituições. Uma Constituinte verdadeiramente soberana deve alterar radicalmente as instituições, garantir a representação real da população (um eleitor, um voto), acabar com a tutela militar, garantir a palavra e o poder de decisão ao povo. O Brasil não teve essa experiência: as diversas Constituições foram resultado de um pacto das classes dominantes, deixando o povo de fora desse acerto. Uma Constituinte Soberana representa a ruptura com esse pacto.

Atender às reivindicações concretas

È possível resolver o problema da fome, da miséria, do desemprego, da precarização do trabalho, da falta de moradia, do genocídio do povo negro, do acesso universal à saúde

BOLSONARO E SEUS CENERAIST

Juiz de Fora - MG



e à educação públicas, da defesa das empresas estatais e da soberania nacional? É possível sim. Mas para isso é necessário que a classe trabalhadora e o conjunto do povo oprimido (os verdadeiros interessados em resolver esses problemas) possam decidir soberanamente os rumos do país. Nada a esperar dos grandes empresários, banqueiros e latifundiários.

Lula presidente é quem deve convocar?

É claro que se Lula for eleito e se até lá não tiver sido possível a instituição de uma Constituinte Soberana, caberá ao presidente eleito sua convocação. Aliás, a Constituinte faz parte do programa do PT. Mas enquanto isso, o que se faz? Condena-se o povo a mais um ano de sofrimento, que só tende a aumentar, sem oferecer nenhuma perspectiva política de solução de seus problemas? Há aqui uma ilusão no poder milagroso das eleições, ao mesmo tempo em que se atribui ao povo trabalhador o mero papel de eleitor.

O exemplo vem de nossos vizinhos

As experiências constituintes de vários países latino-americanos têm sido abordadas com frequência nos debates. O que se justifica plenamente, pois tanto no Chile e no Peru de hoje quanto na Venezuela e Equador há alguns anos, está e esteve colocado o mesmo problema: a incompatibilidade das instituições existentes com as necessidades concretas do povo.

O DAP não perde de vista a luta da classe trabalhadora dos países da América Latina e de todo o mundo, isso é parte integrante do internacionalismo do DAP.

EM MAIS UM DIA DIO

O São Paulo - SP

DESMILITARIZAÇÃO DAP **NA LUTA** DO POVO Juiz de Fora - MG **NECRO** o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, o DAP mar cou presença nas manifestações em várias cidades. As reivindica-Florianópolis - SC ções concretas do povo FIM DO GENOC negro se juntaram à DO POVO NEGR

☼ São Paulo - SP

Desoneração da folha passa na Câmara

Carta Aberta questiona consenso de centrais sindicais com os patrões

Por acordo de lideranças, que incluiu a bancada do PT, com o Novo liberando sua bancada e o PSOL orientando o voto contra, foi aprovada na Câmara Federal a prorrogação por mais dois anos da política de desoneração da folha de pagamentos de empresas de 17 setores da economia, a pretexto de uma ilusória manutenção do nível de emprego.

Os empresários desses 17 setores, em reunião com Bolsonaro, obtiveram o sinal verde do presidente, antes da rápida aprovação pela Câmara do que agora está no Senado. Como se sabe, em 26 de outubro, após um ato na Avenida Paulista no dia 25,

as cúpulas de seis centrais sindicais, incluindo o presidente da CUT, apoiaram em nota pública essa demanda patronal (ver OT 892).

Como é possível?

Em 6 de novembro, 44 delegados e delegadas presentes na 16ª Plenária Nacional da CUT (21 a 24/10), dos agrupamentos "CUT Independente e de Luta" e "A CUT pode mais", fizeram uma reunião de balanço da qual saiu uma "Carta Aberta ao Movimento Sindical Cutista". Nela podemos ler:

"Como é possível que, em meio à luta contra a PEC 32 e em defesa dos serviços públicos, a CUT apareça associada à defesa da desoneração, que sangra os cofres públicos com a lorota de salvar empregos? (...)

A CUT foi contra a proposta do governo Dilma de desonerar a folha de 17 setores da economia o patrão deixa de pagar 20% sobre a folha para o INSS e passa a pagar de 1,5% a 2% do faturamento, com o Tesouro cobrindo a diferença, em troca da promessa de garantia do nível de emprego, jamais cumprida. As empresas usam o que deixam de pagar ao INSS para investir em paraísos fiscais e especulação, continuam a demitir, pois não há garantia

de emprego, enquanto recursos do Tesouro, que faltam aos serviços públicos, cobrem o rombo.

O fato é que, de novo, a CUT subordinou-se a acordos de cúpula com outras centrais, nesse caso em consenso com patrões 'desonerados' e contra sua própria base no funcionalismo."

Carta Aberta que vem sendo discutida em instâncias da CUT e sindicatos filiados, com o objetivo, expresso na mesma, de "resgatar as melhores tradições de nossa central como base para a preservação da CUT, conquista da classe trabalhadora brasileira".

Julio Turra

A greve dos jornalistas em São Paulo

Categoria em teletrabalho aderiu em massa

Em 10 de novembro, jornalistas de São Paulo, 98% deles em teletrabalho, fizeram uma histórica greve de 2 horas, das 16 às 18 horas, no fechamento das edições diárias. A greve atingiu a Folha, o Estadão, o Valor, as editoras Globo e Abril.

Ela ocorreu no bojo da campanha salarial pela reposição da inflação de 8,9% nos salários (data-base 1° de junho), já em seu sexto mês. Exasperada pela alta da inflação e a corrosão dos salários, a categoria decidiu agir para dobrar a intransigência patronal.

No início da campanha, as empresas propunham apenas R\$ 101 de reajuste (3% para o piso), retirando da convenção coletiva a multa de R\$ 791 a título de PLR.

Em 20 de agosto, elas chegaram a 4,45% para salários até R\$ 10 mil (com fixo de R\$ 445 acima disso), sem a multa da PLR e sem retroativo. Passaram-se mais de dois meses sem negociação.

Com a greve tendo grande adesão em 10 de novembro e nova paralisação de 4 horas prevista para o dia 25, a negociação foi retomada. As empresas chegaram à correção pela inflação, 8,9%, para os salários até R\$ 10 mil (e fixo de R\$ 890 acima disso), com 5% de retroativo a 1° de junho e multa da PLR de R\$ 862. O que é uma importante vitória da categoria.

Lições para além dos jornalistas

Desde o início da pandemia,

as redações estão praticamente fechadas, com os jornalistas em "home-office".

Na recente plenária nacional da CUT, houve um debate sobre como organizar categorias em trabalho remoto.

No caso dos jornalistas de São Paulo, o sindicato organizou grupos de whatsapp por redação ou empresa, com a participação de sindicalizados ou não para troca de informações. O que deu a base para assembléias virtuais, como em 2020, na luta contra a redução de salário, que reuniram centenas de jornalistas nessas. O que foi retomado nessa campanha salarial.

No dia da greve, o sindicato lançou "cards" ("Jornalistas em luta por

8,9%") para que, a partir das 16hs fossem colocados pelos grevistas em suas redes sociais, enquanto se desligavam do contato com as empresas e entravam numa sala virtual. Mais de 350 jornalistas passaram as duas horas da greve juntos debatendo a situação. Ao final, saíram mais confiantes na capacidade de enfrentamento coletivo.

Durante todo o tempo, o sindicato trabalhou para ampliar a sindicalização, explicando que a luta depende da adesão de todos.

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo saiu fortalecido para a campanha do setor de Rádio e TV, cuja data-base é 1º de dezembro.

Paulo Zocchi

Prefeito consegue impor Sampaprev 2

"Reforma" da Previdência ataca servidores e aposentados

Em 11 de novembro, na madrugada e sob forte repressão da Guarda Civil e da PM, foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo, por 37 votos contra 18, o chamado Sampaprev 2, a "reforma" da previdência que adequa a EC 103/19 de Bolsonaro ao município.

É uma pancada nos servidores aposentados, que passarão a pagar 14% a partir do salário mínimo (R\$ 1.110,00) até R\$ 6.433,00. A "reforma" cria dois fundos distintos: um para os servidores que entraram antes de 2018 e outro para os "novos" que entraram depois. Também aumenta a idade mínima para



aposentaria, o que levará a quebra do regime de solidariedade entre gerações, abrindo a via para a capitalização individual. Essas medidas tinham sido barradas pela luta dos servidores em 2018, mas o prefeito as retomou e na base do "toma lá, dá cá" obteve o mínimo de 37 votos para aprovar o seu projeto.

Uma política que ocorre país afora, em Estados e Municípios cujos governos querem adequar-se à reforma feita pelo governo Bolsonaro em 2019. A greve em São Paulo mostrou uma grande resistência dos servidores em seus 20 dias, mas não conseguiu barrar esses ataques.

Reconquistar os direitos

É preciso manter a resistência contra governos que se alinham na retirada dos direitos. O que passa por unir o conjunto do funcionalismo

e exigir a revogação dessas medidas, a exemplo da luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32, ver pág. 7).

A unidade das entidades das três esferas – municipal, estadual e federal – para derrotar a PEC 32, sem entrar no jogo de emendas para "melhorá-la", promoveu um grau de unidade que se desdobrou em ações conjuntas de pressão sobre os parlamentares, o que, até o momento, segurou a sua aprovação no Congresso Nacional. Essa unidade de ação é possível e necessária para reconquistar os direitos que perdemos. A luta continua!

João B. Gomes

Reagir para defender nossas vidas

Atos no dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, são marcados pelo Fora Bolsonaro

Asituação da vida dos negros no Brasil, que ainda convive com os resquícios do período da escravidão, mesmo se já passaram mais de 130 anos, não é nada fácil e, com o governo Bolsonaro, o que já era ruim ele faz questão de piorar. No dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, que lembra e homenageia o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, que foi assassinado nesse dia pelas tropas coloniais brasileiras em 1695, diversas manifestações ocorreram nos estados brasileiros de forma heterogênea.

Em São Paulo, a Marcha da Consciência Negra reuniu cerca de 5.000 pessoas e além das pautas históricas, como o combate ao genocídio do povo negro, contou também com o apoio da Campanha Fora Bolsonaro.

Em Fortaleza, o ato foi convocado sob a consigna Fora Bolsonaro Racista, na qual o DAP participou relembrando e exigindo punição aos responsáveis pelo massacre dos jovens no bairro do Curió, em Fortaleza, e da chacina de Jacarezinho no Rio de Janeiro.

Em Pernambuco o fim do genocídio da juventude negra e a defesa dos direitos e reconhecimento das mulheres negras na sociedade foram motes levantados, assim como a justiça pelo menino Miguel.

A violência contra o povo negro é secular, porém nos últimos anos a



escalada de assassinatos de jovens negros aumentou absurdamente. O levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, detalha que a população negra continua em uma crescente em relação a exposição a violência.

Segundo dados de 2005 a 2015, enquanto os brancos apresentaram uma redução de 12% dos assassinatos, os negros apresentaram um crescimento de 18%!

A juventude negra e pobre, principalmente nas periferias e comunidades, continua vivendo uma verdadeira política de genocídio, em uma situação em que você ser preto e jovem coloca a sua vida em risco. O sistema prisional reflete as consequências da violência policial e um

judiciário que escolheu um lado para beneficiar no país.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen – 2016) a população carcerária brasileira quase dobrou entre os anos de 2006 e 2016, passando de 401,2 mil para 726,7 mil. E o mais gritante é que cerca de 40% dos presos tiveram sua liberdade cerceada sem ao menos terem o direito a um julgamento. As condições das prisões são as piores possíveis e nelas 64% da população é negra.

Em maio a chacina no Jacarezinho e agora Salgueiro

Em maio, seis dias antes da data que se celebra a abolição da escravidão (13 de maio) a brutalidade da chacina do Jacarezinho (RJ) demonstrou que a violência nas periferias e comunidades não é apenas da PM, visto que a ação foi efetuada pela polícia civil e, até o momento, mais de seis meses depois, não temos nenhum responsável punido. E agora, apenas dois dias depois do 20 de Novembro, vivenciamos a chacina no Complexo do Salgueiro com oito corpos sendo retirados da região de manguezal e muitas mães indo reconhecer seus filhos e ajudar na retirada. "A situação lá era de cenário de terror. Tem gente que não tem como reconhecer, porque está com o rosto todo desfigurado por faca. Como alguém pode dizer que essa pessoa foi morta em troca de tiro, se está com o rosto todo desfigurado" afirmou um dos parentes que precisou ir no Instituto Médico Legal reconhecer as vítimas. Nos dois meses que são celebradas datas importantes para o povo negro, temos duas chacinas que escancaram a violência racial no Brasil.

Desmilitarizar a PM é uma questão central para uma verdadeira política de segurança pública que não tenha como objetivo assassinar jovens negros. Assim como precisamos de políticas públicas que garantam o acesso a todo nosso povo aos seus direitos básicos, que são negados desde o fim da escravidão.

Joelson Souza

Quatro semanas de mobilização para derrotar a PEC 32

Luta contra Reforma Administrativa é de interesse de todo povo trabalhador

Há onze semanas servidores federais, estaduais e municipais estão em campanha permanente, em todo o Brasil, para derrotar a PEC 32. Pressão sobre os parlamentares nos aeroportos de suas regiões e recepção em Brasília. Vigília no Anexo II da Câmara. Panfletagens e atos, outdoors, cartilhas, campanhas de rádio e TV nos estados e municípios. Por isso o governo não consegue reunir os 308 votos necessários para aprovação na Câmara. É uma vitória parcial dos trabalhadores.

À dificuldade do governo em pautar e aprovar a proposta, somam-se as denúncias de um deputado bolsonarista de Goiás de oferta de R\$ 10 milhões em emendas parlamentares na eleição do atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL).

Segundo o deputado federal, Delegado Waldir, ex-líder do PSL, essa prática foi utilizada na aprovação da reforma da previdência, mas com

uma oferta maior: R\$ 20 milhões em emendas parlamentares, a mesma "oferta" feita para deputados que votarem a favor da reforma administrativa, totalizando R\$ 6 bilhões somente em compra de votos na PEC 32.

Mas se a oferta de dinheiro e vantagens seduz por um lado, por outro o não pagamento dessas promessas de emendas também leva parlamentares a pensarem se vale a pena se chocarem com os servidores por um dinheiro que pode não chegar. É a podridão da Câmara que vem à tona e confirma a necessidade das profundas reformas que devem ser feitas nas instituições a fim de acabar com esse balcão de negócios.

Para salvar a PEC do calote, governo fala em "reajuste"

Em outra frente, o governo tem dificuldades para aprovar no Senado a PEC 23, a chamada "PEC do calote", e chantageia. Atrás de mais de R\$ 100 bilhões que seriam liberados no orçamento de 2022 através do parcelamento de dívidas judiciais com trânsito em julgado, ou seja, onde a União foi condenada sem possibilidade de recurso, Bolsonaro ameaçou inviabilizar o pagamento de R\$ 400 do programa que substituiu o Bolsa Família, agora chamado Auxílio Brasil (ver pág. 8).

Em outra chantagem - e tentando dividir o movimento dos servidores - Bolsonaro disse que daria reajuste a servidores federais se PEC 23 fosse aprovada. Mas mentira tem pernas curtas. No dia seguinte o ministro da Cidadania, João Roma, afirmou que reajuste para servidores públicos não está no "elenco" da PEC dos Precatórios.

No final das contas, nunca houve proposta de reajuste, como denunciou a Condsef e outros sindicatos. O próprio Bolsonaro confessou que seu "reajuste geral" poderia ser somente para a polícia federal, rodoviária e agentes penitenciários. É assim que ele joga na confusão e na divisão.

Nem PEC 32, nem PEC 23

O certo é que, como afirmam as entidades sindicais, estes últimos dias antes do encerramento do ano legislativo serão decisivos para a luta contra as PECs 32 e 23.

Os sindicatos já anunciaram manter o envio de servidores à Brasília, seguir a pressão nos aeroportos e preparar as mobilizações previstas para o Dia Nacional de Luta, convocado para 8 de dezembro.

Inviabilizar a votação da reforma administrativa em 2021 seria uma grande vitória dos trabalhadores e uma derrota de Lira, Paulo Guedes e Bolsonaro.

Marcelo Carlini

Calote no povo: a PEC dos Precatórios

Malandragem de Guedes para campanha eleitoreira

Ogoverno procura obstinadamente aprovar a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) dos Precatórios. Após aprová-la na Câmara, com a compra de deputados via "orçamento secreto", força agora sua consolidação no Senado. Com ela o governo dará o calote em dívidas com cidadãos brasileiros.

O que são precatórios

Os precatórios são dívidas judiciais da União com pessoas físicas e jurídicas. Uma parte dos casos são dívidas trabalhistas (a servidores públicos, por exemplo), outra parte são dívidas tributárias. Há ainda dívidas da União com estados decorrentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, o Fundef; e há dívidas com o Incra, INSS, Universidades e Institutos Federais.

Qualquer que seja o caso, tratam-se de ações judiciais em que a União acabou sendo derrotada após anos na Justiça. Quando a ação recebe uma sentença definitiva, torna-se um

"precatório" e o governo é obrigado a pagá-lo. E assim, os precatórios passam a integrar os gastos públicos obrigatórios do ano. No Orçamento da União de 2022 a previsão seria pagar quase R\$ 90 bilhões em precatórios. A PEC proposta por Guedes autoriza o governo a simplesmente suspender boa parte de tal pagamento (jogando-o para o futuro, a serem pagos por próximos governos). Tudo para poder fazer gastos eleitoreiros neste 2022, fingindo formalmente não ultrapassar o Teto dos Gastos, tão exigido pelos banqueiros e mídia.

Manobra no Teto

Tal "Teto", criado por Temer (na PEC-95), congelou os gastos públicos por vinte anos, esmagando programas sociais em Saúde, Educação etc. Mas a PEC dos Precatórios altera malandramente a regra do Teto. Até aqui, atualizava-se os gastos públicos pela inflação de junho a junho do ano anterior, congelando-os em tal patamar. Mas agora passará a

se considerar a inflação deste ano inteiro, que será bem maior (e segue crescendo!) do que seria com o cálculo anterior.

Dessa forma, se aprovar sua PEC, Guedes abrirá um espaço de mais de R\$ 106 bilhões para gastar a mais no ano que vem. Destes, R\$ 62,2 bilhões advém da mudança na regra (inflacionária) do Teto de Gastos; e R\$ 43,9 bilhões decorrem da suspensão de precatórios.

Do total de recursos liberados pela PEC, R\$ 51,1 bilhões devem ser

utilizados para bancar o Auxílio Brasil, de 400 reais, feito para destruir o Bolsa Família. Despesas obrigatórias abocanharão R\$ 48,6 bilhões de reais. A desoneração da folha de pagamentos a empresas receberá R\$ 5,3 bilhões. Portanto, não haverá elevação de gastos sociais – ao contrário, cortes serão mantidos. E nada sobrará para reajustar salário de servidores, congelado há anos (como havia prometido Bolsonaro).

Alberto Handfas

DESTRUIÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA EXCLUI 25 MILHÕES

Ao acabar com o Bolsa Família, Bolsonaro deixará 24,5 milhões de famílias - beneficiadas por tal programa - descobertos por seu novo programa, o Auxílio Brasil. Pois este atenderá apenas 14,5 milhões de famílias, enquanto o Bolsa Família atendia 39 milhões.

Pior, como até outubro passado, havia também famílias recebendo auxílio emergencial da pandemia, o total de famílias que recebiam alguma ajuda contra a fome era de 43,9 milhões. Portanto, a partir deste mês, 29,4 milhões de famílias foram abandonadas. E ao criar o Auxílio Brasil, o governo sequer fez levantamento da situação das famílias (se tinham encontrado emprego, se continuavam na informalidade etc.).

Vem aí mais um pedido de impeachment

Já existem 140 no gabinete de Arthur Lira, mas Bolsonaro não perde o sono com isso

Anuncia-se para o dia 8 de dezembro a entrega, em Brasília, de mais um pedido de impeachment de Bolsonaro.

A base para a nova solicitação é o relatório final da CPI da Covid-19, que sugeriu o indiciamento do presidente e de outras 77 pessoas, além de duas empresas.

A solicitação foi articulada pela Frente Parlamentar Observatório da Pandemia de Covid-19 – constituída por parlamentares que atuaram na CPI – junto a um grupo de 15 juristas. Quem encabeça a lista de notáveis é o notório Miguel Reale Júnior, um dos autores do pedido de impeachment de Dilma Rousseff!

O gabinete do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), está lotado de pedidos de impeachment do presidente da República. Já existem 140 protocolados, e Lira se encarrega de não dar prosseguimento a nenhum deles. Como, aliás, fez o ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia (sem partido-RJ).

O relatório da CPI, embora tenha apresentado extensa documentação de crimes e práticas irregulares cometidos por Bolsonaro e sua quadrilha, caiu no vazio. Suas conclusões não levaram de fato a uma responsabilização do governo. A razão de fundo é: quem tem o poder de encaminhar os pedidos de

impeachment é Lira. Assim como quem tem o poder de abrir um processo criminal contra o presidente é o chefe da Procuradoria Geral da República, Augusto Aras. Ambos aliados do genocida.

Entrave das instituições

Num encontro com Miguel Reale Júnior ocorrido no dia 10 de novembro, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), havia explicado o movimento que faziam: "A CPI não pode fazer um pedido de impeachment. A CPI aponta o crime de responsabilidade, com base em relatório de CPI, alguém, a sociedade civil ou qualquer pessoa do povo, pode e deve protocolar um pedido de impeachment. Nós aqui, ao entregar o relatório, solicitamos, sugerimos, convidamos o doutor Reale [Júnior] para liderar juristas e sociedade civil que ampare este pedido, ao que foi prontamente aceito por parte do professor Reale e de todo o seu escritório" (g1, 10/11).

Nenhuma palavra sobre o fato de que as atuais instituições entravam as possibilidades de investigação. Não será o 141º pedido que fará Bolsonaro perder o sono.

A defesa dos interesses nacionais e populares exige o fim do atual governo – presidente, vice e todos os generais incluídos. Mas as atuais instituições não foram moldadas para defender a democracia e a classe trabalhadora, mas sim para preservar interesses poderosos, aos quais Bolsonaro serve.

Basta ver que, no golpe que destituiu Dilma, tudo foi feito de forma ligeira. A acusação de "pedaladas fiscais", que não passava de um pretexto, foi o suficiente para que o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitasse abrir o processo de impeachment, cujo

relatório foi rapidamente aprovado pelos picaretas da Câmara. Dilma foi destituída pelo Senado num processo acelerado.

Com Bolsonaro, que tem uma coleção escandalosa de crimes e políticas contra o povo, nem mesmo a abertura do processo avança. Há demonstração mais evidente do que são as atuais instituições?

Cláudio Soares

Renda familiar, dados da desigualdade

Metade dos brasileiros tem renda familiar de até R\$ 2.400.
Pouco mais de 5% têm renda familiar superior a R\$ 11.450

Renda familiar média dos brasileiros por mês

Os 1% com maior renda familiar ganham R\$ 36.300 ou mais

Os 5% com maior renda familiar ganham R\$ 11.450 ou mais

Os 10% com maior renda familiar ganham R\$ 11.450 ou mais

DATA

LOCOMOTIVA

de 25 de novembro a 9 de dezembro de 2021 \blacksquare O TRABALHO

Legalizar trabalho infantil?

Bolsonaristas tentam articular projeto na Câmaral

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n°18/2011 que legaliza o trabalho de menores de idade está para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Se aprovada, ela alteraria o artigo 7° da Constituição de forma a permitir que jovens desde os 14 anos sejam contratados para trabalhar sob regime de tempo parcial.

Uma das maiores defensoras da proposta na Câmara, Bia Kicis, deputada do PSL-DE, é bolsonarista de carteirinha. Ela alega, mentirosamente, que os jovens hoje são proibidos de trabalhar. Na verdade, o Estatuo da Criança e do Adolescente (ECA) já autoriza o trabalho de jovens de 14 e 15 anos, na condição de aprendizes. Pior do que isso, nos fatos, o trabalho infantil é uma realidade no país.

Brasil já tem mais de 1,7 milhão no trabalho infantil

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1,7 milhão de jovens já estava em trabalho infantil em 2019. São crianças de 5 anos de idade até adolescentes de 17 que trabalhavam fora do sistema do "contrato de aprendizagem". Ou seja, trabalhavam em condições



totalmente ilegais. Isso representa quase o dobro de jovens que trabalham como aprendizes, 877,9 mil em janeiro de 2021.

Aos jovens, menores salários e piores trabalhos

Dados do Sistema Único de Saúde mostram que entre 2007 e 2020 foram registrados 29 mil acidentes graves de trabalho com pessoas de 5 a 17 anos de idade. Desses 46 morreram enquanto trabalhavam. No total foram 51,4 mil casos registrados. 56% do total casos graves, taxa muito superior à média que é de 29,6%. O que mostra que os jovens estão sendo submetidos aos trabalhos mais perigosos.

Além disso, a eles se paga menos. Jovens de 18 a 24 anos ganhavam metade do salário médio. E quem trabalha com 14 a 17 anos ganha, em média, R\$ 580,00 por mês. Menos que um quarto da média!

Trabalho noturno, perigoso e insalubre

Pela sua situação social os jovens que necessitam trabalhar, muitas vezes se dispõe a fazer os trabalhos mais perigosos e a ganhar menos. Daí, a sanha dos bolsonaristas e empresários em legalizar o trabalho infantil.

Não satisfeitos em reduzir a idade de trabalho para 14 anos, eles buscam ir além no retrocesso. O relator da PEC 18/2011, deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), emitiu um parecer favorável à aprovação dessa lei e "apensou", ou seja, juntou no mesmo processo, outras seis que versavam sobre o trabalho infantil. Uma delas, a PEC nº 274/2013, do deputado Edinho Bez (PMDB/ SC) acaba com a idade mínima para o trabalho como "aprendiz". Se aprovada, qualquer um - mesmo uma criança de 5 anos - poderia legalmente trabalhar 30 horas por semana com a única condição que seus pais autorizem o empresário a explorá-lo dessa forma.

Outra, a PEC nº 77/2015, do deputado Ricardo Izar (PSD/SP), tornaria legal que os menores de idade fizessem o trabalho noturno, perigoso e insalubre. Tá aí, sem disfarce, o destino que o bolsonarismo deseja para juventude brasileira.

Cristiano Junta

Sair do cangote do patrão, apertar o torniquete no peão

Governo quer flexibilizar norma em frigoríficos

 $540^{
m mil}$ trabalhadores. É o número de empregados em frigoríficos no Brasil. Eles podem ser atingidos pelo fim da Norma Regulamentadora (NR) 36, que está em discussão no Senado. No bordão de Paulo Guedes "tirar o Estado do cangote das empresas". Esse governo, que segue empurrando o país 'de volta para o passado', quer deixar os empresários livres de qualquer regulamentação, como no século XIX. Em março já houve a revisão da NR 1, que com o novo texto permite, a partir de 2022, que as empresas criem por conta própria um "Programa de Gerenciamento de Riscos". Cada qual com suas regras, ao bel prazer dos patrões.

A NR 36 (2013) é específica para os frigoríficos. Ela exige, dentre outros itens, EPIs, a alternância de trabalho sentado e em pé, bancadas e esteiras que garantam postura e visualização adequadas de manuseio, segurança térmica e, principalmente, as pausas. Em função das tarefas intensas e repetitivas – em um ambiente farto em maquinário como serras,

trituradores e objetos cortantes - e o agravante do frio, os funcionários têm direito a intervalos curtos a cada 50 minutos. Essas pausas são o principal objeto de ataque dos patrões, que não querem perder minutos de exploração do trabalho, mesmo que esses possam custar a vida dos trabalhadores.

Campeões de acidentes de trabalho e doenças

De acordo com a última edição do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (2019), o número de ocorrências no setor chegou a quase 23 mil. Uma média de 62 registros por dia! Só a JBS registra 20% das ocorrências. Um verdadeiro moedor de carne... humana. Neste ano pelo menos dois casos de morte ganharam notoriedade: em Dourados (MS) um trabalhador foi sugado por um triturador que faz hambúrgueres durante manutenção e, em São José (SC), um operário foi asfixiado na hélice de um equipamento de refrigeração, após escorregar.

Os frigoríficos também aparecem

entre os dez principais segmentos que mais provocaram pedidos de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez - às vezes por mutilação aprovados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/2012-2018). Além do maquinário de alto risco, o chamado frio ocupacional, comum nesses ambientes, pode desencadear ulcerações na pele, hipóxia (diminuição de oxigênio no sangue) e dormência no corpo. Há também maior risco para doenças respiratórias, como se viu no início da pandemia da Covid-19. Ainda existe o risco de infecções, que são associadas à presenca de agentes biológicos (bactérias e vírus), visto que se trabalha com produto perecível. Doenças relacionadas aos movimentos repetitivos e ao excesso de peso carregado também são muito comuns.

Doença é um bom negócio para os patrões caloteiros

E não para por aí. Faz anos que há um crescente de denúncias contra as grandes do ramo, como JBS, Marfrig, BRF e Minerva, de subnotificações

das doenças do trabalho à Previdência Social. Para as empresas a doença é um bom negócio: dados do Ministério do Trabalho mostram que todas já foram multadas em diferentes estados pela falta de emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). Mas a multa pela infração é muito baixa, via de regra vai de cerca de R\$ 700,00 a pouco mais de R\$ 3.000,00. Sem contar que as empresas raramente são responsabilizadas na Justiça. Dessa forma, vale a pena deixar trabalhadores adoecerem e omitir isso. Aliás, a JBS, com faturamento recorde de R\$ 12,5 bilhões em 12 meses, também é a maior devedora do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural): no fim de 2020 a dívida já era de quase R\$ 400 milhões.

O fim da Norma vai piorar uma situação já difícil. É pra sair do "cangote" do patrão e apertar o torniquete no peão! Um manifesto foi lançado recentemente, assinado por profissionais da área da saúde do trabalhador, em defesa da NR 36.

Tiago Maciel

O que disseram as urnas na Venezuela

PSUV ganhou 21 de 24 governos estaduais, abstenção foi de 59%

Nicolás Maduro e seu partido, PSUV, comemoram uma grande vitória eleitoral no pleito de 21 de novembro para governadores e prefeitos. Várias formações de esquerda na América Latina também.

É um fato que ganharem 21 dos 24 estados, com exceção de Zúlia, Cojedes e Margarita, - eleições observadas por enviados da União Europeia e do Centro Carter dos EUA - é um triunfo eleitoral, no plano institucional, e uma derrota para a política externa de Washington.

Mas, se entramos nos detalhes, a euforia da cúpula "madurista" se revela exagerada. A abstenção foi de 59%, a mais alta desde as eleições legislativas de 2020. Dos mais de oito milhões de votos válidos, o Polo Patriótico (PSUV e aliados) obteve 46% e a soma da oposição 54%.

Nos últimos 22 anos, o chavismo só obteve menos de 51% nas legislativas de 2015. Se tomarmos o padrão eleitoral de 21 milhões de inscritos, o PSUV e aliados tiveram menos de 20% do eleitorado potencial. Esse recorde de abstenções não pode ser atribuído à oposição, que desta vez disputou os votos.

Houve sim uma queda do "voto duro" chavista. Basta lembrar que em março de 2020, Diosdado Cabello, número dois do regime, anunciou que o PSUV chegara a 7,5 milhões de filiados, dos quais pouco mais de 4 milhões foram às urnas no dia 21. A APR, animada pelo Partido Comunista e fora do Polo Patriótico, obteve 1,5%.

E agora?

Maduro continuará no poder até 2024. Isso após uma reacomodação negociada com setores da oposição (que inclui a dolarização nas transações econômicas). Nessa campanha eleitoral, o discurso tradicional chavista de "resistência antiimperialista" foi substituído pelo slogan "Venezuela tem com quê".

Qual será a atitude dos EUA? Os resultados eleitorais fazem de Maduro o interlocutor obrigatório para qualquer negociação. A oposição segue dividida e é positivo que a bronca contra o governo não tenha migrado para a direita pró-imperialista.

O país já vive mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais. Há uma Venezuela das bolhas urbanas, comerciais e de serviço, das quais se beneficiam distintos estratos que, graças à dolarização nos fatos, encontram soluções para amenizar a crise. E há uma Venezuela esquecida, que não foi votar e se refugia na dura busca pela sobrevivência, desconfiada de políticos e partidos.

A crise é de tal dimensão que não pode ser superada por eleições e troca de atores políticos. Em 21 anos de chavismo houve 29 eleições, mas elas não mudaram o Estado rentista venezuelano e nem abriram a via para a construção de um novo Estado, baseado no trabalho e nos interesses da nação oprimida.

A situação coloca novos desafios aos trabalhadores e aos setores explorados, tanto no terreno sindical, como no político. É preciso articular a resistência às políticas em curso do governo Maduro, que passam por acordos explícitos com capitalistas locais e a oposição de direita que aceitam o regime político atual.



Na luta em defesa dos salários e condições de vida do povo trabalhador, é preciso encontrar a expressão política independente que responda à complexa e dramática situação que atravessa a Venezuela.

Alberto Salcedo

Eleições chilenas

Ainda é tempo de reatar com as demandas da revolta de 2019 e derrotar Kast

No primeiro turno das eleições presidenciais neste 21 de novembro, com 52% de abstenção, o candidato pinochetista José Antonio Kast, sai em primeiro lugar com 27,99% dos votos. Ele vai disputar o segundo turno, em 19 de dezembro, com Gabriel Boric (25,67% dos votos) do pacto Apruebo Dignidad (coalizão da Frente Ampla com o Partido Comunista).

No Senado a direita obtém maioria e na Câmara conquista 74 das 155 cadeiras. Um cenário onde a direita fica praticamente empatada com a oposição, o que não se via desde o fim

da ditadura em 1990. Este resultado do primeiro turno está em contradição com todas as votações ocorridas depois da revolta de 18 de outubro de 2019, na qual o povo expressou seu forte rechaço ao

modelo chileno.

No plebiscito de outubro 2020, o Apruebo (sim à nova Constituição) conquistou 78% dos votos, contra a direita. Na eleição para os deputados constituintes (maio 2021) a direita não logrou fazer dois terços.

A grande derrotada nessas eleições



foi a Concertación (Democracia Cristã e Partido Socialista) cuja candidata, Yasna Provoste, ficou em quinto lugar com 11,70% dos votos. Neste caso, confirmando a ampla rejeição manifestada na revolta à política da Concertación que manteve, quando no governo, a herança de Pinochet.

Em campanha, Kast desenvolveu um discurso de restituição da ordem com um programa ultra conservador que promete militarizar a zona do Wallmapu (Mapuche) e deportar migrantes ilegais, em uma situação de crescimento da imigração nos últimos anos. O descontrole da população imigrante no norte do país, somado ao desemprego e à crise sanitária, foi bastante utilizado pela direita.

Reatar com as demandas da revolta

Mesmo se os movimentos sociais ainda não tenham se pronunciado sobre o segundo turno, é evidente que o que está em jogo é determinante para os interesses dos trabalhadores e os setores populares.

Na questão da nova Constituição, uma exigência da revolta de outubro, Kast e a direita trabalham pelo rechaço ao texto que sairá da Convenção Constitucional e será plebiscitado em maio de 2022. Isto é o que aposta a direita, validar o rechaço, com o que a Constituição espúria de Pinochet seria legitimada.

Derrotar Kast em 19 de dezembro é uma questão que diz respeito a toda maioria oprimida.

Para isso Boric deveria concentrar sua campanha nestas semanas reatando com as demandas que explodiram no país desde outubro de 2019. O que é o contrário de dar garantias de segurança jurídica ao mundo empresarial para inversão de capital nacional e estrangeiro, dar garantia aos tratados de livre comércio. Isto é a repetição da política da ex Concertación depois de Pinochet, modelo contra o qual os trabalhadores e as massas populares se levantaram.

Ainda é tempo! Boric deve se apoiar nos que fizeram possível o 18 de outubro de 2019. E eles disseram claro o que querem: aposentadoria digna, fim das AFPs (fundo privado de pensão); saúde e educação públicas, agua, moradia, etc.

O Chile enfrentará em três semanas um cenário complexo. A direita alcançar a presidência é totalmente contraditório com a intensidade da luta aberta em 18 de outubro e a forte greve de 12 de novembro, em 2019, que esteve a ponto de fazer cair o regime e o governo Piñera. A ausência de uma direção política arrisca a uma situação na qual uma luta tão radical e intensa possa ser diluída em benefício dos setores dominantes. É nas exigências dessa luta e nos que as levantaram que Boric deve se apoiar para derrotar Kast.

Ana Carolina

Viagem de Lula à Europa, uma reflexão

Recebido como líder incontestável, tocou em questões reais, mas fica uma pergunta

Compreensível o sentimento da $oldsymbol{\mathbb{L}}$ militância do PT, recompensada com a recepção a Lula na Europa, em contraste com o desempenho do atual presidente no plano mundial. Não nos deve surpreender que a grande mídia do Brasil, na busca da 3 ª via, tenha fingido, até onde deu, que a viagem não existia. Não se quer aqui fazer um balanço dessa viagem, mas apenas uma reflexão sobre ela.

Lula foi recebido pelo agora chefe de governo alemão, Olaf Scholz; pelo presidente francês Macron, por Pedro Sanches da Espanha e pelo Parlamento Europeu, além de outras reuniões. Em todas as ocasiões, diz a imprensa internacional, ele tocou em questões relevantes que angustiam a humanidade.

Lula falou da fome que atinge mais de 800 milhões de pessoas, quando o mundo tem condições de produzir alimentos para todos. Falou das guerras, dos ataques aos direitos, questões que têm origem na crise aguda do sistema capitalista que se aprofundou com a pandemia.

Verdadeiras questões. Ao falar do desejo de que "tudo volte ao normal", após a pandemia, Lula perguntou: "Para qual normal a humanidade deseja voltar?". Eis a questão!

Não seria para o "normal" da fome,



como ele mesmo frisou. Ou o "normal" da destruição de direitos que hoje atinge a classe trabalhadora em toda a parte. Aliás, agora mesmo na Espanha milhares saem às ruas contra os ataques à Previdência feitos pelo governo do PSOE/Podemos. Ou na França, onde Macron fecha leitos hospitalares antes e em meio à pandemia, e reprime um movimento crescente contra o seu governo, para ficar em dois exemplos.

É possível uma saída com os governos a serviço do capital?

Os governos que compõem a União Européia são também responsáveis pela situação que atravessa o mundo. Diante da crise climática, eles acenam com uma "transição energética", como se viu na COP26, na tentativa de salvar o capitalismo pintando-o de verde (ver pág.12).

Lula está certo ao dizer: "Os países ricos investiram 2 trilhões de dólares para salvar os bancos em 2008. Os EUA gastaram 8 trilhões nas suas guerras no Oriente Médio." Trata--se da lógica do sistema e isso não mudou e nem mudará com a continuidade da ganância pelo lucro e da especulação financeira. Por isso, como o próprio Lula disse, os ricos

ficaram mais ricos e os pobres mais pobres durante a pandemia.

"Como o Lula tem reforçado em todas as conversas, o mundo precisa de uma nova governança mundial. Lula está defendendo uma conferência específica para discutir uma governança para poder tratar das grandes questões do planeta, um programa de renda básica universal, o combate à emergência climática e combate à fome." (Aloizio Mercadante, presidente da FPA, que acompanhou Lula na viagem, em entrevista à revista Focus).

Ninguém esperava que Lula fosse discutir com as autoridades que o receberam sobre o socialismo, a expropriação dos grandes meios de produção das mãos da minoria capitalista. Mas tampouco se pode esperar que com os mesmos, que são responsáveis pela cruel desigualdade e os ataques aos direitos das maiorias oprimidas, seja possível construir uma saída para a humanidade.

Os desafios internacionais têm sua tradução nacional. Para reconstruir o Brasil, tampouco poderemos contar com aqueles que colaboraram e colaboram para destruí-lo. Nem aqui, nem alhures, podemos contar com os que destroem o planeta e a força de trabalho a serviço do capital

Misa Boito

Guadalupe em situação insurrecional?

Massas na rua e repressão nas Antilhas francesas

baixo trechos de declarações de 🚹 Elie Domota ao jornal do POI francês, "Informações Operárias" de 25 de novembro. Domota é dirigente da União Geral dos Trabalhadores de Guadalupe (UGTG), que é um departamento de ultramar da França no Caribe, tal como a Martinica e a Guiana. Ele é também porta voz do LKP (coalizão de organizações sindicais e populares).

᠘ Desde 17 de julho de 2021, marchamos todos os sábados com nossas organizações, escrevemos ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, ao Ministro da Saúde e à Agência de Saúde (ARS). Pedimos audiências ao prefeito (autoridade local nomeada por Paris, NdT), acionamos os presidentes do Conselho Departamental, do Conselho Regional e demos avisos de greve. Ninguém respondeu às nossas

demandas.

Em 23 de setembro, após uma mobilização na zona comercial de Dothémare, num encontro com o chefe de gabinete do prefeito, foi acordado um método para as negociações. Mas, no dia 29, o prefeito rejeitou o conjunto das propostas. Sua única resposta foi a repressão.

Temos mais de vinte companheiros condenados por piquetes de greve, outros convocados diante do tribunal. Todos os dias há atropelos e ataques aos manifestantes que ocupam as ruas e já estamos há duas semanas de interrupção do trabalho, em greve geral.

Em que país estamos? Mesmo nas ditaduras mais ferozes, quando as pessoas se manifestam, são recebidas para discutir; aqui, escolheram nos ignorar. É preciso dar um basta a esse desprezo, nós não somos animais e não vamos

Não é normal que num país dito

civilizado, onde a maioria se manifesta contra a obrigação vacinal e o passe sanitário, pedindo contas sobre a gestão da crise sanitária e o número importante de mortes por falta de cuidados, a única resposta do Estado francês seja o desprezo e a repressão.

Pedimos a todos os trabalhadores, desempregados, aposentados e às pessoas apegadas à justiça e à liberdade que somem-se aos piquetes de greve, aos bloqueios, para que possamos arrancar negociações sobre as reivindicações dos trabalhadores e povo de Guadalupe.

Quando escutamos que a taxa de vacinação é de mais de 87%, é falso, levando-se em conta que ela é completa com ao menos duas doses, mais uma terceira depois de seis meses. Poucos seriam aptos a manter seus empregos, enquanto eles dizem que isso é para nos proteger.

A prova está feita de que não se trata de uma política de saúde pública, mas



Elie Domota dirigente da UGTG

sim de uma política de sujeição e questionamento das liberdades e direitos. È por isso que nos levantamos contra essa situação, para que nosso país seja respeitado.'

Em relação com os acontecimentos relatados por Domota, começou uma greve geral em 22 de nover bro também na Martinica, por razões idênticas às de Guadalupe, contra o poder colonial francês.

Ainda sobre Nicarágua

Remetemos ao artigo de Julio Turra publicado no site www.otrabalho.org.br sobre a reeleição de Daniel Ortega em 7 de novembro.

A reeleição de Ortega foi objeto de uma pergunta a Lula feita pelo jornal "El País" quando de sua visita à Espanha.

Apenas agregamos o que escreveu em 27 de novembro um dos co-fundadores da Frente Sandinista (FSLN), Oscar René Vargas

que disse: "A economia segue sendo um dos principais problemas do regime. Os setores sociais afetados pelas políticas econômicas

neoliberais são cada vez maiores. A política está enriquecendo seus amigos (de Ortega), enquanto o resto do país empobrece".

Conferência do Clima (COP 26)

Meio ambiente: a miragem da "transição justa"

ACOP26 de Glasgow desencadeou um dilúvio de propaganda. "Uma virada para a humanidade", disse o primeiro-ministro britânico Boris Johnson. Mas o que há para destacar dessa conferência é a disposição dos financiadores privados para operar seu "esverdeamento", com o objetivo de se associar à "transição energética", num cenário de destruição maciça de empregos e bilhões de dólares a amealhar. Daí os apelos ao consenso em torno de uma pretensa "transição justa".

Terreno preparado na conferência da OIT

A Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou, em 17 de junho, a resolução "Um apelo mundial à ação para uma recuperação da crise da Covid-19 centrada nas pessoas que seja inclusiva, sustentável e resiliente". Entre suas recomendações está "aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas por transições digitais e ambientais justas".

O ex-sindicalista inglês e atual Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder, enfatizou: "O consenso social é essencial para o sucesso da transição ecológica, da descarbonização da economia, porque os custos sociais podem ser elevados. Se nenhuma antecipação for feita, as populações reagirão negativamente e essa transição será bloqueada. É necessário consenso social para que isso seja bem-sucedido".

Ou seja: o capital deve restaurar suas margens, beneficiar-se de bilhões de subsídios e os trabalhadores e os povos devem pagar o alto preço, ficando a cargo dos governos garantirem a "aceitabilidade social" dos planos.

"Apoiar as condições para uma transição internacional justa"

Em 4 de novembro, em Glasgow, quatorze governos, incluindo os EUA e potências europeias, assinaram



uma declaração preparada pelo governo britânico em estreita colaboração com a direção da Confederação Sindical Internacional-CSI, IndustriALL Global Union e IndustriALL Europe (IndustryAll é a federação internacional de sindicatos da indústria).

Esse texto de colaboração entre organizações sindicais e governos indica, como supostas garantias, que os países signatários irão "apoiar trabalhadores na transição para novos empregos", "apoiar e promover o diálogo social e o engajamento das partes interessadas", para colocar em prática "suas estratégias econômicas que conduzam ao desenvolvimento sustentável, em particular apoiando países dependentes de combustíveis fósseis para diversificar suas economias".

Destruição de empregos

O que é essencial e que transparece na declaração é que a reestruturação global do capital, que está em curso, passa a ser um objetivo compartilhado entre trabalhadores, patrões e governos. E suas consequências, tidas como inevitáveis, como a supressão de empregos, serão tratadas por meio de um "diálogo social", de forma a definir conjuntamente as modalidades de implementação.

A IndustriALL vê isso como "uma grande vitória" e a secretária geral da CSI, Sharan Burrow, também apoiou essa declaração. Ocorre que, para ficar em dois elementos de informação, será o Black Rock, o maior fundo especulativo do mundo, quem aconselhará a União Europeia a promover "finanças sustentáveis" no

continente. E, para a França, o plano europeu inclui, entre outras coisas, a exigência da reforma da previdência, a fim de reduzir os déficits "estruturais" gerados pelas subvenções para a transição verde.

Extensão do campo da especulação

De fato, o mercado financeiro decidiu "esverdear" para sugar os bilhões de subsídios públicos envolvidos: um trilhão de dólares em dez anos, segundo a revista Capital, de outubro 2021, via Banco Europeu de Investimento, "chamado a se tornar o banco do clima".

De acordo com o Banco de Compensações Internacionais (BIS) os fundos especializados em finanças verdes já representam mais de 35% dos ativos sob gestão em todo o mundo.

Em abril de 2021, com o intuito declarado de "acelerar a descarbonização da economia", foi criada a Aliança Financeira Glasgow para Zero Emissões Líquidas (Gfanz) que, agora, reúne mais de 450 instituições financeiras de 45 países, representando 130 trilhões de dólares em ativos.

Tudo serve para justificar novas áreas de especulação: direitos de poluir, indenização por destruição, reflorestamento, precificação de carbono, títulos verdes. Basta fixar um preço para a natureza.

Segundo o economista Benjamin Coriat, "o mercado financeiro criou produtos que supostamente oferecem compensações ambientais que são comercializados, negociados. Mas são apenas produtos financeiros, sem nenhuma realidade por trás deles". O mercado de reflorestamento agora está cheio de dinheiro e algumas das árvores agora são virtuais.

Drodacão

A energia eólica é particularmente suculenta para os "investidores" e o exemplo do parque eólico da baía de Saint-Brieuc (França), contra o qual lutam os pescadores, é ilustrativo. Uma concessão de vinte anos foi atribuída pelo Estado à empresa Ailes Marines, subsidiária do grupo espanhol Iberdrola. Trata-se de uma operação que visa a acentuar a desregulamentação do serviço público de eletricidade, quebrando o monopólio da EDF (Eletricidade de França), que garantia a igualdade de acesso dos cidadãos a esse serviço público.

Além disso, é uma privatização de parte do espaço público marítimo. E o Estado garante à Ailes Marines uma renda de, pelo menos, 4,7 milhões de euros, graças a um preço garantido de compra de eletricidade, muito acima do preço médio de produção. A eletricidade mais cara da Europa, e "o impacto ambiental das turbinas eólicas no mar é desastroso. Mas dá dinheiro", afirma o presidente de uma associação contrária ao projeto.

Temos o direito de viver!

Há três anos, os coletes amarelos foram às ruas e às rotatórias para se oporem ao "imposto do carbono" instituído em nome do financiamento da "transição energética". Não há nenhuma fatalidade na explosão do preço da energia, senão a privatização e as rendas concedidas ao capital. Os coletes amarelos tinham razão. O governo teve que recuar no imposto, que continua pendente.

A verdadeira face da "transição energética" está se tornando cada vez mais clara: destruição de empregos, especulação, privatizações e predação da natureza. Muito ao contrário de proteger a humanidade contra os distúrbios ambientais.

O capitalismo não se reorganiza, se combate. E isso começa com a defesa dos nossos empregos, dos nossos salários, das nossas aposentadorias, dos serviços públicos, das normas de higiene, de segurança e ambientais, da nossa saúde.

Extraído de artigo publicado no jornal francês Informations Ouvrières

Campanha Financeira

Estamos entrando nas últimas semanas de venda do Calendário de 2022 – com o tema "1822-2022: a Independência que ainda não houve". Adquira seu exemplar com um militante da Corrente O Trabalho. Sua contribuição ajudará a mantermos nossa política independente na luta junto à classe trabalhadora.



de J.M. Regendas que retrata as tropas do Exército, no Rio de Janeiro, em 1835, forças usadas no combate às revoltas.

O TRABALHO☆

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº	Nome:	
Endereço:		
Cidade:		Estado:
CEP:		Tel.:
E-mail:		

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79 Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br